Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Lido em: 04/10/23
Mazutti
Vereador - 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2023.
(Proponente: Vereadora Professora Liliam/PT)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 04/10/23
Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel,

REQUEIRO, nos termos que regem o art. 149, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente ao Senhor Edson Zorek, Procurador-Geral do município de Cascavel, solicitando as seguintes informações acerca das ações judiciais em curso que envolvem o município.

1. Informe quantas ações judiciais o município de Cascavel possui em atividade atualmente, especificando quantas destas estão tramitando na Justiça Estadual e quantas na Justiça Federal;

2. Quais são os temas demandados nas ações ativas que se encontram tramitando na Justiça Federal? Informar quais destas ações discutem temas trabalhistas ou relação de emprego;

3. Quais temas são tratados nas ações tramitando perante a Justiça Estadual? Informar quais destas ações tratam de relação de trabalho/emprego com o município de Cascavel;

4. Quantas ações tramitando contra o município de Cascavel possuem servidores públicos municipais no polo ativo? Informar quais são as principais demandas judiciais destes servidores;

5. Qual o percentual de ações judiciais em trâmite, que tendo o servidor público municipal no polo ativo, reclamam do descumprimento de direitos trabalhistas? Quais os direitos pleiteados?

6. Existem ações envolvendo o município ou seus agentes sobre acusações de assédio moral em trâmite? Se sim, encaminhar relação pormenorizada contendo a função do servidor, o local de trabalho, bem como o status atual dos respectivos processos, se houver.

É o que Requer. Sala de Sessões.
Cascavel, 1º de outubro de 2023.

Professora Liliam
Vereadora/PT

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

Justificação:

A presente solicitação se justifica em virtude da necessidade de manter um acompanhamento efetivo e transparente das questões legais que afetam o nosso município. A transparência na gestão pública é um princípio fundamental da administração municipal e um direito dos cidadãos, que deve ser garantido por esta Casa Legislativa.

Como Vereadora do município de Cascavel, é meu dever representar os interesses dos cidadãos e fiscalizar a administração pública. Para isso, é essencial obter informações detalhadas sobre as ações judiciais em curso que envolvem o município. Essas informações são cruciais para avaliar a eficácia das políticas públicas, a gestão de recursos, bem como para tomar decisões informadas no exercício deste mandato.

A obtenção desses dados é fundamental para que eu possa compreender a dimensão do envolvimento do município em litígios legais e, assim, avaliar a necessidade de aprimoramentos na gestão pública e no apoio jurídico oferecido à cidade.

Conhecer os temas centrais das ações judiciais que envolvem o município nas Justiças Estadual e Federal é de suma importância para identificar áreas de potencial melhoria na administração municipal. Especificamente, a identificação de casos relacionados a questões trabalhistas ou de relação de emprego pode apontar para desafios específicos que requerem atenção.

Como representante das cidadãs e cidadãos cascavelenses, entendo ser fundamental compreender a extensão das ações judiciais em que os servidores públicos municipais estão envolvidos como autores. Isso permite identificar preocupações específicas desses servidores e apoiar medidas para melhorar a relação entre o município e seus funcionários.

Obtendo informações sobre o percentual de ações judiciais envolvendo servidores públicos municipais que alegam descumprimento de direitos trabalhistas, posso entender a magnitude desse problema e trabalhar em direção a soluções eficazes, garantindo a proteção dos direitos dos servidores.

A questão do assédio moral é de extrema importância para a qualidade de vida e a produtividade dos funcionários municipais. Receber informações detalhadas sobre a existência de ações relacionadas a acusações de assédio moral ajuda a garantir um ambiente de trabalho mais saudável e a prevenir futuros casos de assédio. Essas informações são vitais para a minha função de representação dos interesses dos cidadãos e fiscalização da administração pública.

Reitero a importância da transparência e do acesso à informação como pilares fundamentais de uma gestão pública responsável e participativa, bem como agradeço antecipadamente pela atenção a esta solicitação.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA